

Senado vota projeto que define crimes contra Previdência Social

Proposta de iniciativa do governo, que altera o Código Penal, está na pauta da sessão de amanhã. Hoje, senadores devem apreciar normas para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras



Os senadores devem examinar também proposta que redefine as condições da nacionalidade

O Plenário do Senado vota amanhã projeto de iniciativa do governo que introduz no Código Penal condutas que tipificam crimes contra a Previdência Social. Entre esses novos delitos, estão a apropriação indébita de contribuições, a inserção de dados falsos ou alteração não autorizada no sistema informatizado da Previdência, a sonegação de contribuição, a falsificação de documento e o acesso não autorizado ao sistema. Hoje, o Senado deli-

bera sobre projeto que estabelece normas para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras. E, em segundo turno, vota proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. Outra emenda a ser apreciada hoje é a do senador Bernardo Cabral que altera os limites mínimo e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União.

PÁGINA 2

Estevão será julgado em sessão secreta

Sessão secreta da próxima quarta-feira deve incluir exposição dos relatores, defesa do parlamentar do DF, discussão dos pareceres pelos demais senadores, considerações finais e votação.

Conselho de Ética ouve Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouve amanhã, às 9h, a defesa do senador Luiz Otávio sobre denúncia de ter se apropriado indevidamente de recursos do BNDES.

PÁGINA 3

Prevenção ao uso de drogas está na pauta da CE

A Comissão de Educação aprecia amanhã projeto da Câmara que regulamenta as políticas públicas de prevenção e tratamento do uso de drogas e da repressão ao tráfico de entorpecentes.

PÁGINA 4

CCJ analisa criação de mais três estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia amanhã à tarde, após a Ordem do Dia, três projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti que propõem a realização de plebiscitos nos estados de Mato Grosso, Pará e

Amazonas para a criação, por desmembramento, dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões. Está também incluída na pauta proposta de autoria do senador Romeu Tuma que permite a constituição de guardas municipais.

PÁGINA 4



Projeto da LDO começa a ser discutido amanhã

PÁGINA 4

Plenário vota definição de crimes contra a Previdência

Projeto que será apreciado amanhã tipifica, entre outros, os delitos de apropriação indébita de contribuições, inserção de dados falsos ou alteração não autorizada no sistema informatizado, sonegação de contribuição e falsificação de documento

O Senado votará amanhã projeto de iniciativa do governo que introduz no Código Penal condutas que tipificam crimes contra a Previdência Social. Entre esses novos delitos, estão a apropriação indébita de contribuições; a inserção de dados falsos ou alteração não autorizada no sistema informatizado da Previdência; a sonegação de contribuição; a falsificação de documento; e o acesso não autorizado ao sistema.

Se o projeto for aprovado, a apropriação indébita de contribuições será punida com reclusão de dois a cinco anos. A inserção de dados falsos no sistema da Previdência, ou a exclusão de dados corretos, será punida com dois a doze anos de reclusão. Para quem alterar o sistema de informações sem autorização ou solicitação da autoridade competente, estará prevista detenção de três meses a dois anos.

Também amanhã, o Plenário dedicará a Hora do Expediente a assinalar o centenário do professor Anísio Teixeira, celebrado formulador de políticas de edu-

cação no Brasil. O requerimento para essa homenagem foi apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e sete senadores já estão inscritos para falar.

Hoje, o Plenário delibera sobre projeto que estabelece normas para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras. E, em segundo turno, vota proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa visa corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior.

Outra emenda a ser apreciada hoje é a do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimo e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. Também aguarda deliberação projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que facultava à sociedade acesso aos sistemas de informações mantidos pela administração pública na União, estados e municípios.

CPI do Roubo de Cargas ouve diretor da Polícia Rodoviária

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando o crescimento do roubo de cargas no país ouvirá amanhã, a partir das 15 horas, o depoimento do diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes. Ele irá prestar esclarecimentos sobre as medidas que a polícia vem adotando para combater os assaltos a caminhões.

Também devem comparecer à reunião da CPI o presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos, José da Fonseca Lopes, e dois representantes de seguradoras, Ivan Gonçalves Passos, da Sulamérica-Aetna Seguros, e

Demóstenes Madureira de Pinho Filho, do Instituto de Resseguros do Brasil.

Além de investigar o roubo de cargas, a CPI, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem como objetivo criar mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas. De acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional de Transporte (CNT) e pela Associação Nacional de Transportes de Cargas, incluídos no requerimento de criação da comissão, no ano passado foram registradas 4.200 ocorrências, resultando em um prejuízo de R\$ 315 milhões.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2000

senadores, solicitando o sobrestamento do PLS nº 492/99.

Sexta-feira
9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 48/98, que renova a concessão da Rádio Difusora Paraisense OM, de São Sebastião do Paraíso (MG); PDL nº 234/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda FM, de Sorocaba (SP); PDL nº 277/99, que outorga a permissão à Fundação Mãe de Deus para rádio FM em Caxias do Sul (RS); e PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

COMISSÕES

Terça-feira

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: ouvir a defesa do senador Luiz Otávio sobre denúncia em que é acusado de ter se apropriado indevidamente de recursos do BNDES. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, PLS nº 564/99, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; Mensagem nº 96/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, na modalidade de ajuste setorial — reforma fiscal e administrativa; PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLC nº 27/2000, que prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e altera dispositivos da Lei nº 9.718/98, que altera a legislação tributária federal. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 74/2000, que denomina Aeroporto Jorge Teixeira de Oliveira o aeroporto de Porto Velho (RO); PLS nº 62/2000, que denomina Israel Pinheiro a terceira ponte do Lago Paranaíba (DF); PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, apensado ao PLS nº 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 1.988-21, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento dos presidentes do Instituto Resseguros do Brasil, Demóstenes Madureira de Pinho Filho, e da Federação dos Caminhoneiros Autônomos, José da Fonseca Lopes; do vice-presidente técnico da Sulamérica-Aetna Seguros, Ivan Gonçalves Passos; e do diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PEC nº 23/99, que acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros; Requerimento nº 402/95, do senador Pedro Simon, solicitando a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, integrada por 15 senadores, destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento; PLC nº 102/96, que amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; Emenda nº 2 de Plenário ao substitutivo do PLS nº 30/99, que altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal e institui normas para licitações e contratos de administração pública; PLS nº 140/99, que altera a redação do parágrafo 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita nas hipóteses que especifica; PLS nº 168/99, que altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito; PLS nº 625/99, que revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciais); PEC nº 88/99, que altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PLS nº 18/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PLS nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós; e PLS nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 20/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siaf) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, que altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 186/95, que renova a concessão outorgada à Rádio Goituba OM (GO); PDL nº 232/99, que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida de Rádio OM, de Aparecida (SP); e PDL nº 233/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Morada do Sol FM, de Araraquara (SP).

Brasil 500



PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário do professor Anísio Teixeira. Pauta: PLC nº 23/2000, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social); PLC nº 23/2000, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PR nº 64/2000, que autoriza o Brasil a contratar operações de crédito externo no valor de US\$ 212,6 milhões, junto ao Banque Nationale de Paris (BNP); PR nº 65/2000, que autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de US\$ 167,9 milhões e 44,6 milhões, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinadas, a primeira, ao financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a 15% da respectiva aquisição, bem como dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99 (recursos para a saúde); PDL nº 48/96, que renova a permissão outorgada à FM Studio 96, de Curitiba (PR); PDL nº 201/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas FM (SP); PDL nº 243/99, que renova a concessão da Emissora Centro-Oeste OM, de Cruz Alta (RS); PDL nº 74/2000, que outorga concessão à Gonçalves e Marchetti para rádio OM em Primavera do Leste (MT); e Requerimento nº 316/2000, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 55 e 581, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: apreciação do Projeto de Resolução nº 66/2000, que decreta a perda de mandato do senador Luiz Estevão.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99 (recursos para a saúde); PDL nº 275/99, que renova a concessão da Fundação Cultural Riograndense para rádio OM em Caxias do Sul (RS); PDL nº 287/99, que outorga permissão à Fundação Champagnat para rádio FM em Curitiba (PR); PDL nº 90/2000, que outorga permissão à Rádio Paraguaçu Paulista FM (SP); e PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do artigo 72 do Ato das Disposições Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal).

Quinta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99 (recursos para a saúde); PDL nº 157/99, que renova a concessão da Rádio Araguaia OM, de Goiânia (GO); PDL nº 177/99, que renova a concessão da Rádio Difusora OM, de Itapetininga (SP); e Requerimento nº 297/2000, da senadora Maria do Carmo e outros

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário analisa pedido de cassação na quarta

Sessão secreta que julgará Luiz Estevão terá exposição de relatores, defesa do parlamentar do DF, discussão dos pareceres pelos demais senadores, considerações finais e votação, para a qual não haverá encaminhamento

A parte da sessão extraordinária que decidirá sobre o pedido de cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), marcada para quarta-feira, às 10h, será secreta. A determinação é do Regimento Interno do Senado, que, em seu artigo 197, prevê essa sistemática (*veja íntegra do artigo nesta página*).

Assim que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abrir a sessão, havendo *quorum*, o Plenário passará a examinar o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, único item da Ordem do Dia da sessão, que recomenda a cassação do mandato de Estevão por quebra de decoro parlamentar.

Caso não haja *quorum* às 10h, o presidente da sessão anuncia a Hora do Expediente, destinada à leitura de projetos de lei apresentados, pareceres aprovados nas comissões, requerimentos, entre outros documentos, além de discursos de oradores pelo prazo de 30

minutos. Esta parte, caso aconteça, será pública.

No Plenário, poderão estar presentes apenas os 81 senadores, além de servidores da Secretaria Geral da Mesa que venham a ser requisitados por Antonio Carlos. Mesmo os plenaristas que servem os senadores só terão acesso ao recinto por solicitação do presidente. Até a segurança, encarregada de impedir o acesso ao Plenário, ficará do lado de fora.

A sistemática da discussão do projeto de resolução deverá ser parecida àquela adotada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 21. Após anunciar o item da pauta, o presidente passará a palavra aos relatores no Conselho de Ética, senador Jefferson Péres (PDT-AM), e na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), pelo prazo de 30 minutos, prorrogável por mais 20 minutos. Em seguida, é a vez da defesa, que terá o mesmo tempo para



Apenas os senadores deverão permanecer no Plenário. Até a segurança ficará do lado de fora

apresentar os seus argumentos.

A partir de então, será aberto o período de discussão dos pareceres. Cada senador terá dez minutos. Os relatores poderão fazer suas considerações finais, cabendo à defesa a última palavra antes da votação, para a qual não haverá encaminhamento. A votação, também secreta, será feita no painel eletrônico e o mandato de Estevão só será cassado se 41 senadores

(primeiro número inteiro acima da metade do número de senadores, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal) votarem a favor do parecer do Conselho de Ética. A sessão terá prazo de quatro horas, que poderá ser prorrogado pelo tempo que o Plenário considerar necessário.

Caso o projeto de resolução seja aprovado, será aplicada a Estevão a pena de perda do mandato, se-

gundo o artigo 14, parágrafo 9º, da Constituição federal. A Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64, de 1990) também determina, em seu artigo 1º, que o senador que perde o mandato fica impedido de se candidatar pelo tempo que restar de seu mandato e por mais oito anos, contados a partir do fim da legislatura para o qual for eleito (*veja o trecho das leis citadas no quadro*).

A legislação em que se basearão os senadores

Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa e das câmaras municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto no art. 55, I e II, da Constituição federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 3 (três) anos subsequentes ao término da legislatura;

c) o governador e o vice-governador de estado e do Distrito Federal, o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para

as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

Constituição federal

Art. 55. (*) Perderá o mandato o deputado ou senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(*) *Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994*

Art. 54. Os deputados e senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, *z*;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, *z*;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

O QUE DIZ O REGIMENTO INTERNO

Art. 197. Transformar-se-á em secreta a sessão: I - obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre:

a) declaração de guerra;
b) acordo sobre a paz;
c) perda de mandato ou suspensão de imunidade de senador durante o estado de sítio.

Último pedido de cassação de mandato foi examinado em 94

Faz seis anos que o Senado realizou a última sessão secreta para analisar a perda de mandato de senador. Foi em 22 de junho de 1994, quando os senadores apreciaram projeto de resolução aprovado em comissão especial, que pedia a cassação do mandato do então senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), acusado pela CPI Mista que analisou irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional

de intermediar pedidos de inclusão de recursos para obras públicas.

Na sessão, presidida pelo então senador Humberto Lucena, com 54 senadores presentes, o projeto de resolução da comissão especial obteve apenas 27 votos, ou seja, 14 a menos que o mínimo necessário para a cassação do mandato de um senador (41 votos). Depois de cerca de uma hora de discussão, Aragão foi absolvido.

Conselho de Ética do Senado ouve amanhã a defesa de Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 9h, para ouvir a defesa do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) sobre denúncia de ter se apropriado indevidamente de recursos do BNDES. A matéria está sendo relatada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).



Luiz Otávio apresentará esclarecimentos sobre uso de recursos do BNDES

Na última reunião realizada sobre o assunto, o presidente do conselho, senador Ramez Tebet

cusada pelos integrantes do conselho. O denunciante, Abílio Teixeira, cumpriu a solicitação.

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001 pode ser votada na quinta-feira

O projeto enviado pelo Executivo estabelece que o Orçamento do próximo ano deverá evidenciar a “transparência da gestão fiscal” e “amplo acesso da sociedade” a todas as etapas de sua elaboração

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001, que definirá as prioridades na elaboração do Orçamento da União do próximo ano, será apreciado esta semana pelo Congresso Nacional. Está prevista para amanhã a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do parecer elaborado pelo relator da matéria, deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE). O Legislativo só poderá entrar em recesso, a partir de 1º de julho, se a LDO já tiver sido aprovada.

De acordo com o projeto enviado pelo Poder Executivo, que poderá ser votado na quinta-feira, a elaboração do Orçamento para 2001 deverá evidenciar a “transparência da gestão fiscal” e o “amplo acesso da sociedade” a todas as etapas de elaboração da proposta. Estão previstas categorias específicas de programação para despesas como concessão de



O Congresso Nacional só entrará em recesso em 1º de julho se antes aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias

subsídios e pagamento de precatórios judiciais e de benefícios da Previdência Social.

A mensagem presidencial que acompanhar o projeto de lei orçamentária para o próximo ano deverá conter, segundo a proposta de LDO enviada pelo Executivo, análise do cenário econômico previsto para 2001, resumo da política econômica

do governo e avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal. Até 15 dias após o envio da proposta orçamentária, o governo mandaria ao Congresso números dos últimos três anos sobre a evolução da receita e a despesa com pessoal, além do estoque da dívida pública federal interna e externa.

O anexo do projeto da LDO que

traça as metas e prioridades para 2001 indica como será a implementação, ano que vem, de obras e serviços previstos pelo Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Entre os projetos de transporte ferroviário urbano de passageiros, por exemplo, a proposta estabelece como meta a implantação de 38% da linha 1 do metrô de Belo Horizonte (MG) e de 37% do metrô de Salvador (BA).

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco também pode começar a ser colocado em prática em 2001. Está incluída na proposta de LDO a construção de 12% dos adutores e 32% das unidades de bombeamento previstos. As eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, que integram o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins, deverão ter 20% das obras físicas concluídas em 2001, de acordo com a proposta que se encontra no Congresso.

CAE analisa livre mercado para setor do petróleo

Amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará projeto do Poder Executivo, já aprovado pela Câmara, que estende até 31 de dezembro de 2001 o prazo de transição estabelecido para o setor petrolífero entrar em regime de livre mercado, conforme a Lei do Petróleo, de 1997.

Com o projeto, o governo continuará fixando, por meio de ato dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, os reajustes nos preços dos derivados básicos de petróleo e gás natural. A matéria será relatada na CAE pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Segundo justificativa dos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, as várias prorrogações ocorridas com a reforma fiscal, que deveria transformar em tributos as Parcelas de Preços Específicas (PPEs) incidentes nos preços dos derivados de petróleo, impediram o cumprimento das metas estabelecidas na Lei do Petróleo. A prorrogação do prazo final do período de transição ao regime de livre mercado também permitirá, conforme os ministros, o aprofundamento de estudos sobre a real necessidade de manutenção de alguns subsídios.

Três outros projetos de iniciativa do Executivo constam também da pauta da CAE, todos eles destinados a assegurar investimentos em pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologia. Uma das propostas estabelece que 10% das receitas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) obtidas com contratos de cessão de direitos de uso de infra-estrutura rodoviária, para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações, serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

De acordo com o segundo projeto, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar anualmente no mínimo 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologia do setor elétrico. O terceiro projeto destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

Viciado deve ser tratado como enfermo social, defende Távola



Artur da Távola é relator de projeto sobre prevenção de drogas

A defesa de que o viciado em drogas seja tratado como “enfermo social” é um dos principais pontos do substitutivo que o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou a

projeto da Câmara que regulamenta as políticas públicas de prevenção e tratamento do uso de drogas e da repressão ao tráfico de entorpecentes. A matéria está na pauta da reunião que a Comissão de Educação (CE) realiza amanhã, às 11h30.

Artur da Távola enfatiza que os dependentes mais pobres precisam ser tratados com especial consideração. No que se refere ao produtor, traficante e vendedor de drogas ilícitas, o substitutivo do senador determina que deverão cumprir sob regime fechado pelo menos a primeira terça parte da pena a que forem condenados.

CCJ discute a criação dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia amanhã, após a Ordem do Dia, três projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que propõem a realização de plebiscito em Mato Grosso, Pará e Amazonas para a criação, por desmembramento, dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões.

Os projetos de criação dos estados de Araguaia e Tapajós receberam pareceres favoráveis da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Foi acatada emenda do próprio Mozarildo transformando Araguaia e Tapajós em territórios para viabilizar sua sobrevivência financeira e posteriormente alçá-los à condição de estados. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do projeto de criação do estado de Solimões, emitiu parecer pela aprovação de substitutivo à proposta original.

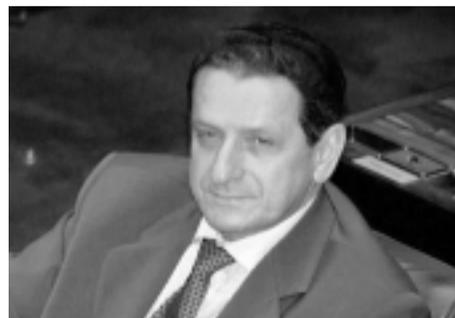
Para Mozarildo, a nova divisão territorial é a melhor maneira de enfrentar as desigualdades regionais que comprometem o bem-estar das populações das regiões Norte e Centro-Oeste. A medida

também facilitaria a vigilância e fiscalização nas fronteiras com Bolívia, Peru e Colômbia.

Está também incluída na pauta da CCJ a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Romeu Tuma que permite a constituição de guardas municipais para a proteção de bens, serviços, instalações e logradouros públicos. Para o senador Iris Rezende (PMDB-GO), relator da matéria, “nada há que impeça o município de cooperar com o estado no tocante ao policiamento ostensivo”, principalmente num momento em que o problema da segurança é um dos que mais preocupam a sociedade brasileira.

Outra PEC a ser examinada pela comissão, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR),

obteve parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO) para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de propor lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas no processo e julgamento de crimes contra o sistema financeiro. A emenda atende às sugestões do relatório final da CPI dos Precatórios. Para Requião, a medida poderá dotar o Poder Judiciário das condições necessárias ao combate aos crimes do “colarinho branco”, “cuja impunidade constitui atualmente uma das debilidades da democracia brasileira”. Amir Lando, em seu parecer, lembra que a mesma sugestão constou das conclusões do relatório final da CPI do Orçamento, de que foi relator.



Mozarildo Cavalcanti é autor das propostas de criação dos novos estados



ErnanDES Amorim disse que criação da ANA é uma mostra da nova consciência nacional

Amorim elogia proteção aos recursos hídricos

O senador ErnanDES Amorim (PPB-RO) elogiou a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), órgão governamental que vai zelar pelo uso adequado dos recursos hídricos do país. Para o senador, a iniciativa do governo “é uma boa mostra de uma nova postura” da consciência nacional sobre a importância de se dispor de mecanismos para a proteção das águas.

O parlamentar lembrou que, no novo milênio, a Humanidade irá conviver com um dos maiores problemas mundiais, que será a falta de água. Segundo ele, a demanda e a oferta de água, tanto para consumo humano como para outras finalidades, poderão gerar até conflitos bélicos pela obtenção e posse dos recursos hídricos, a exemplo do que ocorreu com o petróleo.

ErnanDES Amorim lamentou que no Brasil, país que conta com cerca de 11,6% de toda a água doce superficial do planeta, 70% desse total concentrado na bacia amazônica, seja freqüente a constatação de poluição ambiental, que afeta esse patrimônio.

Simultaneamente à criação da ANA, acrescentou o senador, vários estados brasileiros também se movimentam na busca do aprimoramento da legislação sobre a proteção das águas. Além disso, observou, muitas entidades privadas desempenham relevante papel no contexto desse novo cenário de preocupação com os recursos hídricos:

– A partir da conjugação de esforços entre sociedade e governo, serão alcançados a conscientização e os meios necessários ao estabelecimento de uma política nacional de preservação de recursos hídricos, para que se tenha a tão desejada qualidade de vida, a ser obtida com harmonia e em perfeito equilíbrio com o desenvolvimento econômico e tecnológico.

Pisos salariais e Agência de Águas marcaram a semana do Plenário

Projetos aprovados pelo Senado permitem aos estados fixarem salários mínimos acima do valor federal e criam autarquia destinada a implantar a política nacional de recursos hídricos

A aprovação em Plenário do projeto de lei do governo que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados foi um destaque entre as matérias votadas na semana passada pelo Senado Federal. Os governadores poderão fixar um piso salarial acima do mínimo federal, atualmente em R\$ 151. O projeto, que recebeu 45 votos favoráveis e dez contrários, agora vai à sanção presidencial.

Outro projeto de lei do governo aprovado pelo Plenário é o que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. A agência terá, como principal responsabilidade, implantar a política nacional de recursos hídricos. A matéria vai agora à sanção presidencial.

O Senado aprovou também a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), outra proposta do Poder Executivo. Se sancionada pelo presidente da República, o sistema pro-



Saturnino: projeto autoriza municípios a contratarem empréstimos junto ao BNDES

moverá a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável e a garantia de subsistência das populações tradicionais residentes nas chamadas unidades de conservação de uso sustentável.

Os senadores autorizaram os municípios brasileiros a contratarem operações de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implantação de programas de fortaleci-

mento e modernização da máquina administrativa municipal. Foi aprovado o substitutivo apresentado pelo relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ao projeto de resolução de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Também foi aprovada a criação da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. O substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) determina que a semana será acompanhada por campanha institucional a ser desenvolvida a partir do dia 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer. A matéria foi enviada à Comissão Diretora para a redação final.

Entre os empréstimos, o Plenário autorizou o governo federal a tomar empréstimo externo no valor de EUR 824.366 (euros), para financiar 15% da importação de bens e serviços médico-hospitalares. O dinheiro destina-se ao Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Ins-

tuições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

O estado de São Paulo foi autorizado a conceder contragarantia ao governo brasileiro em pedido de empréstimo de US\$ 200 milhões da Sabesp junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar a segunda etapa do programa de despoluição do rio Tietê. A proposta vai agora à promulgação.

O governo federal foi autorizado a tomar empréstimo junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), no valor aproximado de US\$ 25 milhões, para financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste.

O Plenário autorizou o governo a conceder garantia para que o Banco do Nordeste contrate empréstimo de US\$ 50 milhões junto ao Banco Mundial, destinados ao financiamento do Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste.

Comissões permanentes também tiveram muita atividade

Nas comissões permanentes, a semana passada foi marcada pela aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que dá continuidade à tramitação do projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar determinando a perda de mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra do decoro parlamentar. A CCJ analisou o processo apenas sob o ponto de vista da legalidade, constitucionalidade e juridicidade.

Em caráter terminativo, a CCJ também aprovou projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que modifica o Código Eleitoral, estabelecendo não se tratar de propaganda a manifestação pública sobre assuntos políticos, desde que não contenha pedido de voto. Como não houve recurso para votação em Plenário, a matéria seguiu direto para exame dos deputados.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o destaque foi a aprovação das alterações na Lei Complementar 87, de 1996, mais conhecida como Lei Kandir. O pro-



A CCJ, em sua reunião da quarta-feira passada, considerou que o Conselho de Ética conduziu corretamente o processo contra o senador Luiz Estevão

jeito, encaminhado pelo Poder Executivo e já aprovado pela Câmara dos Deputados, estabelece um “seguro-receita” para os estados e municípios que têm sua base econômica fortemente destinada à exportação. A matéria será ainda votada no Plenário do Senado.

A CAE também aprovou, por unanimidade, as indicações do novo presidente e de três novos conselheiros para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Vão a exame do Plenário do Senado os nomes de João Grandino Rosas (presidente) e Thomp-

son Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Mello Franco Neto.

Também foram aprovados pareceres favoráveis a dois empréstimos para reequipar e aumentar a presença da Polícia Federal (PF) na Amazônia e nas regiões de fronteira. Ambos têm o mesmo valor – US\$ 212,6 milhões – e se referem às parcelas alemã e francesa para aquisição de bens e serviços referentes aos projetos Pró-Amazônia e Promotec. O Plenário ainda precisa deliberar sobre o tema.

Ainda na CAE, destaque para a

aprovação do substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao projeto de resolução do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que restringe créditos a estados e municípios referentes a antecipações de receitas originadas de *royalties*. A aprovação foi antecedida por um acordo que possibilitou a antecipação dessas receitas desde que os recursos sejam destinados exclusivamente à capitalização de fundos de previdência de servidores estaduais e municipais. O substitutivo aprovado será ainda votado pelo Plenário do Senado.

Em caráter terminativo, a Comissão de Educação (CE) aprovou projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracaraí, em Roraima. Também terminativamente, foi aprovado projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que inclui o nome de José Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília (DF).

Mauro Miranda cobra medidas de caráter social para combater violência

O senador considera que a sociedade brasileira vive uma crise de cidadania cujas raízes são o desemprego, falta de assistência à saúde, baixo poder de compra e escassez de moradias

Mesmo reconhecendo méritos no Plano Nacional de Segurança Pública, lançado semana passada pelo governo, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) condenou a lentidão do Executivo em apresentar medidas de combate à violência.

— Não posso deixar de lamentar que, por demorar tanto e por ignorar as causas da violência, o governo combata agora os efeitos — disse.

Na avaliação do senador, a sociedade brasileira vive uma crise de cidadania, ao conviver diariamente com a violência, cujas raízes são sociais: desemprego, falta de assistência à saúde e de transportes, redução do poder de compra dos salários e escassez de moradias.

— O plano é um sinal alentador de que o governo está caminhando na direção certa, ao agir no aperfeiçoamento dos sistemas de

repressão e ao anunciar mais de cem medidas diferentes para combater a criminalidade. Mas as grandes decisões sociais, de caráter preventivo, continuam guardadas num escaninho invisível de possibilidades futuras — analisou.

O senador mencionou relatório recente da Organização Mundial de Saúde (OMS) que coloca o Brasil em 125º lugar no ranking internacional de saúde pública. Para Mauro Miranda, a posição é injustificável para um país que ostenta a décima economia do mundo. Agravam esse quadro, acrescentou, os recentes cortes de mais de R\$ 7 bilhões promovidos pela equipe econômica no orçamento das áreas sociais.

Apesar de reconhecer as dificuldades que o governo tem para viabilizar o ajuste fiscal e cumprir as metas acertadas com o Fundo Mo-



Mauro reconhece méritos do programa de segurança pública, mas lamenta a demora no combate às causas da violência

netário Internacional (FMI), Mauro Miranda defende uma solução política que altere radicalmente a agenda de compromissos do Brasil com a população mais pobre.

— Uma dessas alternativas é a

renegociação do serviço da dívida e o alongamento dos prazos, para que sobre um pouco para os programas sociais e para a redução das verdadeiras causas de violência pública — afirmou.

Osmar Dias propõe o IPCA como índice para cálculo da poupança

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei propondo que a caderneta de poupança passe a ser remunerada com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além da remuneração básica, a caderneta renderia juros de 0,5% ao mês mais um percentual a ser definido pelo Banco Central, a título de rendimento extra.

Segundo Osmar Dias, a vinculação da poupança à Taxa Referencial (TR), estabelecida no Plano Collor II, em 1991, é incompatível com a estabilidade macroeconômica que vem se verificando desde o Plano Real. Além disso, afirma, sujeita o setor imobiliário a constantes crises financeiras, uma vez que os financiamentos habitacionais com recursos das cadernetas também têm de ser corrigidos pela TR, fixada com base nas taxas de juros.

— A carência de habitação fornece uma grande demanda por imóveis. Entretanto, as regras atualmente em



Segundo Osmar Dias, a TR é incompatível com a estabilidade macroeconômica do país

vigor somente servem para aumentar a inadimplência dos mutuários e prejudicar o conjunto da nossa economia — diz o senador na justificativa do projeto, que será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Osmar Dias também está propondo que sejam corrigidas pelo IPCA as sentenças judiciais e as obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

ILB realizará seminário sobre ensino a distância

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promove na próxima quinta-feira o Seminário do Movimento Nacional Pró-Educação por Intermédio da Educação a Distância. A intenção é mobilizar a sociedade para a importância dessa modalidade de ensino no atual cenário da educação brasileira. O seminário deverá ser aberto pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com a presença dos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e da Saúde, José Serra. O evento será realizado na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, das 10h às 18h.

A diretora da Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento, Estudos e Projetos do ILB, Denise Zaiden Santos, informou que a Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed) vem organizando desde o mês passado encontros em diversas regiões do país para debater o tema. Cada encontro regional produziu uma carta com conclusões e recomendações que serão debatidas no seminário de Brasília com vistas à redação da Carta Brasileira sobre a Educação a Distância.

— O Senado já desenvolve projetos nesse sentido para sua clientela e se associa a esse movimento por reconhecer o enorme potencial da educação a distância — afirmou Denise Zaiden. Segundo disse, está prevista para este ano a realização de curso sobre orçamento público. Além disso, estão sendo mantidos contatos para que a TV Senado veicule alguns cursos de ensino a distância, preparados pelo ILB. Inicialmente, os cursos deverão ser dirigidos aos próprios funcionários da Casa, câmaras de vereadores e assembleias legislativas.

De acordo com Denise, a Internet também deverá ser incorporada à estratégia do Senado para dinamizar o ensino a distância.

Durante o seminário, na próxima quinta-feira, haverá às 11h palestra do presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância, Fredric Litto, que falará sobre os novos cenários da educação a distância. Para as 15h, está previsto debate com o tema “O que emperra a educação a distância no Brasil?”, com coordenação do deputado Bonifácio de Andrada (PFL-MG). Como debatedores, participarão representantes da Unesco e da Universidade Federal de Mato Grosso.



Antero Paes de Barros: a vantagem é privilégio injustificável

Portadores de diploma superior podem perder direito a prisão especial

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei que extingue o direito das pessoas portadores de diploma de nível superior a prisão especial. A proposta altera o artigo 295 do Código de Processo Penal, que prevê esse direito.

— Ao examinarmos o artigo que trata do benefício da prisão especial antes da condenação definitiva, encontramos, como classe favorecida, os portadores de diploma de nível superior. Entendemos que essa vantagem constitui privilégio injustificável e, como tal, deve ser extinto — afirmou o senador.

Antero considera o benefício injustificável, uma vez que o desempenho de qualquer atividade

de específica, que exija a posse de diploma de nível superior, não representa risco presumível no convívio carcerário com presos comuns.

O projeto mantém a prisão especial para governadores, secretários de segurança, prefeitos, parlamentares federais e estaduais, oficiais das Forças Armadas, policiais de todos os níveis, ministros de Estado, do Tribunal de Contas da União e de confissão religiosa, magistrados e cidadãos que já tenham exercido a função de jurado ou que estejam inscritos no “Livro de Mérito”. O projeto foi enviado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

Francelino fala na TV Senado sobre estímulo ao cinema nacional

A TV Senado exibe hoje, às 13h30 e 19h30, entrevista com o senador Francelino Pereira (PFL-MG) trazendo um balanço dos trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro. Instalada em junho do ano passado, a subcomissão vem fazendo um diagnóstico da ati-



Francelino Pereira

vidade no Brasil, para propor uma legislação de fomento adequada à nova realidade da produção audiovisual nacional. Foram realizadas sete audiências públicas, com a participação de profissionais envolvidos na produção, distribuição e exibição cinematográfica.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate*: Sen. Francelino Pereira e o cineasta Cacá Diegues falam sobre o cinema brasileiro
7h30 – *Entrevista*: Sen. Alberto Silva fala sobre a agricultura no Brasil
8h – *Especial*: Fortes do Brasil
8h30 – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Sede do poder – Brasília (DF)
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Maranhão
9h30 – *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
11h30 – *Entrevista*: Sen. Alberto Silva fala sobre a agricultura no Brasil
12h – *Cores do Brasil* – Sergipe
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate*: Sen. Francelino Pereira e o cineasta Cacá Diegues falam sobre o cinema brasileiro
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
18h30 – *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
19h – *Cores do Brasil* – Alagoas
19h30 – *Debate*: Sen. Francelino Pereira e o cineasta Cacá Diegues falam sobre o cinema

brasileiro

20h30 – *Entrevista*: Sen. Alberto Silva fala sobre a agricultura no Brasil21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*

Em seguida – Música e informação

14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)

Em seguida – Música e informação

19h – *A Voz do Brasil*

Em seguida – Música e informação

20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste

Em seguida – Música e informação

21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida – Música e informação

21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste

Em seguida – Música e informação

0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Tebet quer gratuidade para carteira de identidade

Senador apresentou projeto porque muitos estados cobram do cidadão para emitir a primeira via do documento

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou projeto que torna gratuita a emissão da primeira carteira de identidade para todos os cidadãos. Segundo o parlamentar, na justificativa da matéria, o acesso ao primeiro documento de identidade civil deve ser gratuito, porque o estado democrático de direito, declarado constitucionalmente, exige a identificação de seus cidadãos, mas a legislação em vigor não estabelece a gratuidade da emissão das cédulas de identidade.

De acordo com Ramez Tebet, são raros os estados que cobram



Tebet: legislação não estabelece a gratuidade, permitindo que alguns estados cobrem

pagamento para emitir a identidade civil, e os que condicionam

a emissão ao recolhimento de taxas “o fazem por desconhecer que, além de ter raízes constitucionais, o interesse público de efetuar a identificação suplanta até mesmo o da pessoa”.

– No presente caso, propõe-se a revisão da norma específica, que versa sobre a emissão de cédulas de identidade civil, para assentar em lei a gratuidade da primeira emissão para que o estado não imponha qualquer forma de pagamento como condição de acesso a documento constitucionalmente assegurado –concluiu o parlamentar.

Inventor do bina pede apoio ao governo federal para ver sua patente reconhecida

Nélio José Nicolai, o inventor do bina, aparelho que identifica as chamadas telefônicas, pediu apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Congresso em sua luta pelo reconhecimento da propriedade intelectual da invenção. Em entrevista concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, Nicolai afirma que poderia estar bilionário com sua invenção, utilizada atualmente no mundo inteiro, e revela o desejo de ver seu invento gerando empregos no Brasil:

– Há 65 milhões de binas só nos Estados Unidos. Haverá mais 40 milhões até o fim do ano. Empresas americanas, européias, canadenses

e asiáticas fabricam o aparelho. Há meio bilhão de telefones celulares no mundo, cada um deles podendo utilizar o bina. Em breve este número vai dobrar. Só com o uso do bina em celulares eu poderia estar recebendo um bilhão de dólares por ano. Mas o governo acha que é problema meu, esquecendo que a invenção poderia estar criando empregos no país – lamenta.

O ex-operário padrão da Telebrás e da Telebrás, que recebeu vários prêmios internacionais por sua invenção, acabou sendo demitido por sua insistência no desenvolvimento e na fabricação do bina, considerado na ocasião “sem interesse comercial”. Seu invento,

largamente difundido, até hoje não lhe trouxe vantagens: Nicolai depende ainda do desfecho da luta que trava na Justiça. Sua briga agora é com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que não reconhece a patente. Isto impede que o brasileiro cobre por seus direitos no exterior:

– Não estou lutando contra empresas estrangeiras, e sim contra as brasileiras. O país não tem uma cultura de propriedade industrial, de invenção. Tudo aqui é encarado como “jeitinho brasileiro”, “quebra-galho” – afirmou o técnico em telecomunicações, que registrou a tempo a patente do bina no Brasil e no exterior.

Secretário do DF defende modelo de saúde

Convidado do programa *Entrevista Especial* da TV Senado, o secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, afirmou que um dos grandes problemas da saúde pública no país é a abordagem curativa e não a preventiva. O programa foi ao ar no final de semana:

– O problema no Brasil não é com os pacientes internados, mas o acesso à saúde. A medicina preventiva ainda é capenga no país. Infelizmente formamos médicos para tratar das doenças e não para promover a saúde. Deixamos o indivíduo adoecer para depois tratá-lo – comentou Frejat, que pela quarta vez ocupa o cargo de secretário de Saúde de Brasília.

O secretário também criticou a forma utilizada pelo Ministério da Saúde para repassar as verbas para estados e municípios. Ele disse que o critério populacional precisa ser revisto. Frejat citou como exemplo de distorção o fato de alguns municípios preferirem comprar ambulâncias para levar os pacientes para serem atendidos em outras cidades ao invés de investir na construção de postos de saúde ou contratação de profissionais.

Na opinião de Frejat, o governo federal precisa encontrar um mecanismo que faça com que o município perca recursos na hora em que encaminhar um paciente para

ser atendido em outra cidade ou região. “Desta forma, sentindo no bolso, o prefeito passará a ter vontade de investir em equipamentos de saúde para o município”, opinou.

O secretário também defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que está sendo discutida no Senado, vinculando um percentual para assegurar recursos mínimos para a saúde pública. Ele justificou que, como estados e municípios sempre adiam a resolução do problema, não existe outro caminho a não ser o da vinculação dos recursos. “Mesmo que fosse uma vinculação temporária”, completou.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Fundos vão gerar mais tecnologia, prevê Patrocínio

Senador pede apoio para novo instrumento de fomento à pesquisa científica lançado pelo governo federal e saúda modelo de gestão e financiamento, compartilhado pelo Estado e pela iniciativa privada

Com o objetivo de tirar o Brasil da condição em que se encontra hoje, “a reboque da capacidade de inovação dos países avançados”, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu apoio para os fundos tecnológicos recém-lançados pelo governo federal, através do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Patrocínio destacou que “à velha dicotomia entre países desenvolvidos e ricos, de um lado, e atrasados e pobres, de outro, sobrepõe-se agora o contraste entre produtores e importadores de saberes”. Ele lembrou que, no passado, toda a pesquisa científica nacional, pura e aplicada, esteve sustentada em verbas públicas, a maioria federais.



Patrocínio: fundos preencherão lacuna deixada pela crise no modelo antigo de financiamento

A partir do final da década de 70, no entanto, surgiu a crise da capacidade de financiamento do desenvolvimento por parte do Es-

tado, recorda Patrocínio. Esta crise não atingiu somente o setor da educação e da pesquisa, mas também áreas básicas, como a de infra-estrutura, o que, para o senador, tornou inviável o modelo.

Durante muito tempo, acrescentou Carlos Patrocínio, o país discutiu e procurou novas alternativas para financiar a pesquisa científica, inclusive a participação mais ampla da iniciativa privada. “Para sanar essa lacuna, o governo federal instituiu, no início de maio último, os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico”, disse o senador pelo Tocantins.

Com previsão de liberação de quase R\$ 1 bilhão em recursos para essas atividades, o senador lembrou

que o objetivo, reproduzindo palavras do ministro Ronaldo Sardemberg, de Ciência e Tecnologia, é a geração de mais conhecimento, mais tecnologia e mais desenvolvimento. “A novidade é que a gestão e o financiamento desses recursos serão compartilhados pelo Estado e pela iniciativa privada”, destacou.

Ao pedir apoio para os fundos tecnológicos e o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Brasil, Carlos Patrocínio disse que o Brasil não está destinado à grandeza somente em termos territoriais ou de riquezas naturais – cabe ao governo e a cada cidadão o aprimoramento de nosso capital humano e da nossa própria tecnologia, afirmou.



Gerson Camata prevê a geração de mais de mil postos de trabalho no Espírito Santo

Camata registra instalação de call center da Embratel no ES

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) registrou o início das atividades da primeira Central de Atendimento da Embratel (*Call Center Embratel*) instalada no Espírito Santo, em Itaparica, Vila Velha. Ele destacou a relevância e o alcance social do empreendimento para o estado, informando que o investimento, de cerca de R\$ 20 milhões, irá gerar mais de mil postos de trabalho.

Camata explicou que o Espírito Santo é o quarto estado a receber o chamado *Call Center Embratel*, colocando à disposição dos clientes e usuários informações sobre os produtos e serviços oferecidos pela empresa, através do número gratuito 0800900021, denominado “DDDúvidas”. Quando estiver operando com capacidade plena, informou o senador, a central de atendimento empregará um total de 1.200 profissionais.

— Quando a grande luta que o trabalhador brasileiro enfrenta hoje é a luta pela manutenção do emprego, no exato momento em que sofremos os duros ajustes da penosa, porém inexorável, emergência da chamada “nova economia”, a abertura de 1.200 novos postos de trabalho é razão mais do que suficiente para celebrarmos — afirmou o senador. Ele disse que se sentia “especialmente gratificado”, uma vez que patrocinou integralmente a iniciativa.

Romero Jucá avalia prioridades do Plano Plurianual

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comentou os principais projetos e linhas de ação previstos no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Especial destaque foi conferido às metas nas áreas de educação, geração de empregos, infra-estrutura de energia e transportes, que, segundo Jucá, constituem pilares do programa Avança Brasil e refletem o compromisso do governo Fernando Henrique com o desenvolvimento nacional.

A primeira iniciativa do PPA destacada por Jucá foi a “Bolsa Criança Cidadã”, destinada a combater o trabalho infantil e complementar a renda familiar. Ainda no setor educacional, o senador tucano fez menção ao Programa de Educação Profissional, voltado para a formação de técnicos para a indústria, o comércio e a agropecuária. Enquanto o primeiro programa conta com R\$ 10 bilhões para o quadriênio, o segundo deve aplicar R\$ 2 bilhões na formação de 500 mil novos profissionais.

REFORMA AGRÁRIA

Diante da expectativa de geração de 8,5 milhões de empregos no período, Romero Jucá também ressaltou a manutenção dos investimentos na reforma agrária. Conforme informou, mais de R\$ 13 bilhões foram alocados nas ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa de Geração de Em-

prego e Renda (Proger), com o objetivo de assentar cerca de 85 mil famílias, fornecendo assistência técnica, extensão rural, infra-estrutura de transporte e armazenagem.

Quanto ao setor de energia, o parlamentar mencionou a implantação de 53 usinas termelétricas, com capacidade para gerar 22 mil megawatts, e de gasodutos nas regiões Norte e Centro-Oeste. Também salientou o reforço na produção de petróleo e gás natural, que deverão contar com investimentos superiores a R\$ 50 bilhões, elevando a oferta nacional para 1,7 milhão de barris/dia.

Jucá finalizou seu discurso tratando das inversões em transporte, superiores a R\$ 2 bilhões. Dentre as ações previstas, citou a duplicação da BR-101, nos trechos entre Rio de Janeiro e Vitória e entre Aracaju e Natal, e da BR-153, entre Goiânia e Uberlândia. Disse ainda que R\$ 280 milhões serão destinados às hidrovias e que haverá parceria com o setor privado para implantação da Ferronorte, da Norte-Sul e da Transnordestina.

Senador presta homenagem a revista jurídica de Roraima

O senador Romero Jucá destacou a publicação de mais um número do *Norte Jurídico – Revista Jurídica de Roraima*, dirigida pelo juiz federal Helder Girão Barreto. Editada há dois anos, a revista, conforme o senador, reúne estudos de grande importância na área da Ciência do Direito, “revelando a cultura dos autores e engrandecendo o papel da Justiça no estado”.

Romero Jucá chamou a atenção para o artigo sobre alienação de bens como instrumento do Poder Judiciário ao lidar com o crime do tráfico de drogas, escrito pelo bacharel em Direito Aníbal Magalhães da Cruz Matos, diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Roraima e analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Na mesma publicação, a advogada Daysy Gonçalves Quintela Ribeiro, conselheira estadual e federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), analisa a morosidade dos procedimentos judiciais em artigo intitulado *Justiça Ágil, Cidadão Satisfeito*. Para ela, “se o tempo é a dimensão fundamental da vida humana e se o bem perseguido no pro-

cesso interfere na felicidade do litigante que o reivindica, é certo que a demora do processo gera, no mínimo, infelicidade e angústia”.

A revista também traz em seu número mais recente o artigo *Princípios da Isonomia: Ingresso na Universidade por Análise Curricular*, de autoria do juiz Helder Girão, que é professor de Direito da Universidade Federal de Roraima. Girão trata da “busca da equalização de oportunidades para os estudantes da escola regular do estado”. De acordo com o magistrado, a Universidade de Roraima contribui para o processo de análise curricular, ao desenvolver esforços em benefício da valorização e melhoria da escola regular, visando à “interrupção do processo de evasão de jovens valores”.

Entre os artigos publicados pelo *Norte Jurídico* estão ainda *Isenção Fiscal como Instrumento Político de Redução das Desigualdades Sociais e Regionais*, escrito pelo procurador de Justiça Edson Damas da Silveira; *Grécia Arcaica: Da Vingança Privada à Justiça Pública*, de autoria da promotora de Justiça Liz Rocha Liberato; *A Pena de Morte em Vão*, do advogado José Aparecido Corrêa; e *O Ensino nas Escolas e os Comandos Constitucionais*, do jornalista Plínio Vicente da Silva.



Metas, segundo Jucá, refletem o compromisso do governo FHC com o desenvolvimento nacional